

HISTORIOGRAFIA, RELAÇÃO DE PODER E O “CAÇA ÀS BRUXAS”: CONCERNENTE À DIPLOMACIA ENTRE EUA E A AMÉRICA LATINA DURANTE A GUERRA FRIA

Historiography, power relations and the “witch hunt”: concerning the diplomacy between EUA and South America during the Cold War

Paulo Sérgio Micali Junior^a
Taiane Vanessa da Silva^b

Resumo

Da interação entre política e território se dão um sem número de ricas possibilidades de estudo por meio das quais nos é possível uma melhor compreensão da complexa rede de inter-relações sociais em diferentes escalas (local, regional, global, etc). Os temas são variados, mas, talvez aqueles cujo pano de fundo seja a bipolaridade provocada pelo antagonismo envolvendo EUA X URSS seja, desde a década de 2010, novamente, um dos mais efervescentes. Dito isto, ressaltamos que, com este artigo, nós nos propomos a investigar as relações diplomáticas entre EUA e América do Sul durante o período que ficou conhecido como Guerra Fria. Atentos tanto a pluralidade quanto a heterogeneidade presentes no mencionado continente, fazemos uso da pesquisa bibliográfica de forma a melhor compreender o “caça às bruxas” que caracterizou o século passado e que, atualmente, “ressurge” no cenário político brasileiro.

Palavras-chave: Historiografia; Guerra Fria; Relações entre EUA e América do Sul.

Abstract

By means of the interaction between politics and territories, it becomes possible a lot of different kinds of studies which are some of the ways to comprehend the complex social interrelation network in different scales (local, regional, global, etc.). The subjects are variable, but, maybe those that concerns the bipolarity provoked by the antagonism involving EUA and the URSS is, since the 2010's, again, one of the most effervescent. Having said that, we highlight that, with this paper we intend to investigate the diplomatic relations between EUA and South America during the period better known as Cold War. Once we are warned about the plurality and the heterogeneity that characterize the continent mentioned, we have elaborated one bibliographical research to better comprehend the “witch hunt” that characterized the past century and that, now a days, “reborn” in the middle of the Brazilian political scenario.

Keywords: *Historiography; Cold War; Relations between EUA and South America.*

INTRODUÇÃO

Ao tratarmos das relações de poder envolvendo a América Latina e os Estados Unidos, é muito importante que nos atentemos tanto à complexidade quanto à pluralidade inerentes a este

tema. Como é sabido, a América Latina é constituída por uma série de países e, dessa forma, partir do pressuposto de que houve uma relação (no singular) estabelecida entre os EUA e o Cone Sul torna-se inviável, afinal, é bastante improvável, se não impossível, que relações se deem – ainda mais quando entre nações – de forma tão homogênea e generalizada. Atentos à essa relação complexa, com este artigo nós nos propomos a realizar uma breve pesquisa bibliográfica sobre a historiografia concernente às relações estabelecidas entre os EUA e os países latino-americanos durante o período caracterizado pela Guerra Fria. Assim, nossa análise se concentra, principalmente, na diplomacia entre aqueles países, na generalizada “caça as bruxas” – ou melhor dizendo, aos comunistas – além da emergência, no pós-II Guerra, de duas superpotências mundiais, fator este que culminou em um processo de polarização global (CERVO, 2000).

DESENVOLVIMENTO

Iniciemos pelo período pós-II Guerra Mundial. Este conflito acarretou em morte e destruição em proporções até então inimagináveis. Com os países europeus em frangalhos, surgiu um “vazio de poder”, uma vacância profundamente atraente principalmente aos EUA que, a partir de uma política isolacionista, mantiveram-se por um longo período de tempo nos “bastidores” do conflito, afastados do combate direto, porém bastante ativos no lucrativo comércio de suprimentos, equipamentos, armamentos etc. Dessa forma, os EUA fortaleceram-se após a guerra enquanto que, do outro lado do Atlântico, tanto o restante dos países que compunham os Aliados quanto o Eixo encontravam-se arrasados. Todavia, os EUA não eram os únicos “pretendentes” à posição de potência global. De fato, descentralizou-se o eixo do poder até então circunscrito à Europa. Já agora, ele dividia-se entre duas emergentes superpotências: de um lado os EUA e, do outro, a URSS.

A emergência de duas potências, é claro, produziu um campo fértil à competitividade, à uma corrida pela hegemonia marcada pelo desenvolvimento tecnológico, bélico, industrial, espacial, enfim, deu-se início à uma guerra simbólica marcada, também, por uma série de conflitos armados, desavenças e processos de barganha. O historiador Amado Luiz Cervo, por exemplo, investigou alguns daqueles tópicos a partir do descaso Estadunidense frente industrialização latino-americana. A fim de que melhor compreendamos aquela situação, faz-se necessário ressaltar que, durante o período pós-II Guerra, os EUA dedicaram-se a reconstrução da Europa e Japão a fim de que os mantivessem afastados da influência soviética. Isto é evidente, afinal, terrivelmente desestruturados política e economicamente, “toda ajuda é bem vinda”, o que tornava os países europeus – tão próximos à União Soviética – potenciais alvos de aliciamento.

Historiografia, relações de poder e o “caça às bruxas”: concernente à diplomacia entre os EUA e a América Latina durante a Guerra Fria

Com relação à América Latina, essa possibilidade não se mostrava preocupante aos EUA, afinal, suas proximidades territoriais representavam uma barreira aparentemente intransponível. De acordo com Lars Schoultz

Marshall disse que o dinheiro para o desenvolvimento econômica da América Latina deveria vir de fontes privadas.

Os latino-americanos podem não ter gostado do que ouviram no Rio e em Bogotá, mas os funcionários dos EUA esperavam que eles compreendessem que a Europa necessitava do Plano Marshall, não porque tivesse sido destruída pela guerra, mas também porque havia se tornado o local de confronto entre o comunismo e o capitalismo, entre o totalitarismo e democracia [...] Longe das fronteiras da União Soviética, a América Latina não estava ainda ameaçada, e, portanto, não exigia muita atenção. (SCHOULTZ, 2000, p.370)

Apesar daquela aparente improbabilidade, no ano de 1959 implantou-se um regime comunista em Cuba. Há poucos quilômetros da costa estadunidense surgira uma extensão do comunismo soviético, o que talvez tenha representado um dos momentos mais delicados de toda a Guerra Fria. A propósito, como já discutimos, esta constituiu um combate ideológico marcado por uma série de “corridas”, cujo propósito era o de sobressair-se naquele mundo bipolar. De acordo com Cervo,

Em meio ao mundo bipolar da Guerra Fria e à globalização [...] foram vinculadas aos estudos internacionais questões como a legitimidade do desenvolvimento [...] a cooperação internacional, a exploração e a dependência, a transferência de renda, a permanência de estruturas de poder e de riqueza, entre outros ingredientes das experiências de inserção internacional dos países da América Latina. Esse perfil próprio da política exterior do Brasil assenta na identidade de um país heterogêneo em sua base étnica e múltiplo em sua expressão cultural. A conduta histórica de sua diplomacia pautou-se pela cooperação e pela não confrontação, pelo legado feito de respeito ao direito internacional, à autodeterminação dos povos e ao culto da paz. Porém, sua essência, nos sessenta anos que vão de 1930 a 1990, foi à diplomacia para o desenvolvimento. (CERVO, 2000, p.17)

A partir daquela diplomacia do desenvolvimento, então, é possível melhor compreender o engajamento de grande parte dos países latino-americanos para com os interesses estadunidenses, seja no corte de relações com a Alemanha e URSS ou na busca pela “extinção” – em território nacional – das influências subversivas ao capitalismo estadunidense, como foi o caso da perseguição aos partidos comunistas e seus membros (CERVO, 2000).

Quanto às origens daquele termo (Guerra Fria), estas são alvo de numerosas especulações. Não há consenso entre os estudiosos. Por exemplo, Fred Halliday acredita que o termo provém de uma caracterização do conflito entre cristãos e muçulmanos elaborada por Don Juan Manuel. Já David

Reynolds, além de reforçar o apontamento de Halliday, destaca também o emprego desse termo por parte de Eduard Bernstein e George Orwell. Já de acordo com Sidnei Munhoz:

“[...] de fato, o crédito pelo emprego da expressão Guerra Fria, em seu sentido contemporâneo, é mais devido a Lippmann [...] foi a repercussão dos artigos de Lippmann a responsável pela universalização do termo Guerra Fria para qualificar os conflitos envolvendo a União Soviética e os Estados Unidos após a conclusão da Segunda Guerra Mundial. (MUNHOZ, 2004, p.264)

Reiteramos: não há consentimento quanto às origens do termo; todavia, é bastante comum identificar o emprego deste enquanto na designação do conflito não-declarado envolvendo as duas potências emergentes do pós-Segunda Guerra, circunscrevendo o período que vai de 1947 até a desagregação do mundo soviético, entre 1989-1991. Já com relação às origens do conflito, estas remontam à primeira metade do século XX. Para ser mais específico, elas remetem a Revolução Bolchevique, inserida tanto no contexto da Primeira Guerra Mundial quanto no da Segunda. Com a vitória dos Aliados diante das nações que compuseram o Eixo, os EUA e a URSS emergem enquanto potências mundiais, tendo adquirido poder e influência bastantes para polarizar o planeta em dois macro blocos: um socialista, sob a liderança soviética, e outro capitalista, liderada pelos EUA. A partir de então, numerosos conflitos regionais, golpes militares e revoluções que tiveram a Guerra Fria enquanto pano de fundo constituíram frutos de complexas disputas de interesses geopolíticos entre os blocos estadunidense e soviético, como os conflitos no Vietnã, Laos, Camboja ou à série de ditaduras implantadas na América do Sul. A partir destes, é possível identificar uma “corrida” disputada entre URSS e EUA, que objetivavam consolidar seus projetos políticos:

Para Chomsky, a Guerra Fria foi fundamental nas estratégias de controle das populações dos dois países centrais. Assim, tanto a União Soviética quanto os Estados Unidos utilizaram-se do conflito para justificar a repressão as dissidências internas. Segundo esse veio, é possível observar na alegação da ameaça imperialista para a reconstrução do aparelho repressor stalinista (afrouxado durante a guerra mundial). Da mesma forma, nos Estados Unidos, foram cometidas muitas arbitrariedades durante o macarthismo, em nome da luta contra o comunismo, em direta oposição à Constituição. (MUNHOZ, 2004, p. 270 – 271).

A fim de que discorramos sobre a repressão contra o comunismo nas Américas, manteremos nosso foco no caso brasileiro e iniciaremos com uma breve contextualização concernente ao período pós-II Guerra. No Brasil, com a deposição de Getúlio Vargas e “[...] um rápido processo de transformação na configuração da maioria de seus governos (referência à América Latina) [...]”, o governo Dutra tem início por meio de um amplo sufrágio. O maior processo eleitoral brasileiro até então. Todavia, tanto a democracia quanto a soberania nacional, não só do Brasil, mas de vários outros países latino-americanos, estavam sujeitas à sérios questionamentos. Referimo-nos à interferência estadunidense nas questões

Historiografia, relações de poder e o “caça às bruxas”: concernente à diplomacia entre os EUA e a América Latina durante a Guerra Fria

políticas de seus vizinhos, como durante a candidatura do presidente Juan Domingo Perón – que representou uma derrota humilhante ao Departamento de Estado estadunidense, contrário à essa candidatura – ou na arquitetura do golpe de depôs o governo guatemalteco em 1954. Sobre a interferência estadunidense nas políticas latino-americanas, faz-se necessário ressaltar um aspecto levantado por Munhoz: referimo-nos à heterogeneidade da América Latina: “Uma análise mais cuidadosa do processo em questão exige a discussão das particularidades dos países latinos, as quais contemplam um amplo leque de demandas, diferenciadas quer do ponto de vista econômico quer do político ou social” (2011, p.167). É claro, não abordaremos aqui cada uma das respectivas particularidades mencionadas, mas, segundo o pressuposto bastante didático de Leslie Bethell e Ian Roxborough, chamamos à atenção aos dois períodos esquematizados por aqueles autores a fim de que melhor compreendamos o contexto sócio-político concernente às nações que compõem a América Latina:

A América Latina experimentou duas fases distintas naquele período. Na primeira, entre 1944 e 1946, com pequenas variações cronológicas, observou-se uma tendência de democratização da sociedade e uma mudança, ainda que efêmera, dos regimes em direção à esquerda, com inclinações nacionalistas e o fortalecimento das organizações de esquerda e da militância operária. No entanto, entre 1945 e 1947 manifestam-se sinais de reversão desse processo. (MUNHOZ, 2011, p.168)

Aquelas transformações podem ser mais bem compreendidas a partir do estudo da política de Segurança Nacional estadunidense. Para Kennan, o maior perigo oferecido pela URSS era ideológico e, dessa forma, para os *policymakers* de Washington, uma estratégia de defesa eficiente basear-se-ia em termos de correlação de poder. Em outras palavras, “Poder era definido em termos de controle de recursos, infraestrutura industrial e bases externas” (MUNHOZ, 2011, p.169). Assim, assinou-se o Tratado Internacional de Ajuda Recíproca (TIAR) e, posteriormente, criou-se a Organização dos Estados Americanos (OEA), e aquela “[...] constituiu-se na primeira experiência de aliança de caráter regional após a II Guerra Mundial” (MUNHOZ, 2011, p.169). “Aos moldes do TIAR”, o Secretário de Estado George Marshall advogou o desenvolvimento de um pacto regional entre os países da Europa ocidental, afinal, arrasados pela guerra, apresentavam-se enquanto um potencial alvo para difusão da ideologia soviética. Dessa forma, Gaddis Smith chama-nos a atenção à política global estadunidense, tida por ele enquanto “[...] uma tentativa de espelhamento de sua política interna e ao mesmo tempo a transformação das suas políticas para o continente americano em estratégias globais” (1994, p.56 apud MUNHOZ, 2011, p.170).

É claro, aquela política globalista não agradou a muitos e, inclusive, em uma série de ocasiões isso ficou evidente. A já comentada oposição estadunidense à eleição de Perón na Argentina, por exemplo, reflete um profundo descontentamento voltado contra a interferência norte americana no rumo político de seus vizinhos. Na ocasião, Perón, enquanto candidato, chegou a questionar os eleitores argentinos quanto a quem escolheriam: o patriota Perón ou o porco do Braden (referindo-se ao embaixador estadunidense). Houve ainda uma série de convulsões sociais ocorridas em Bogotá, enquanto na

decorrência da Conferência de Bogotá, em função do assassinado de um importante líder liberal colombiano, Jorge Eliezer Gaitán. Nessa ocasião, especula-se que os distúrbios foram arquitetados por comunistas, como reforçara o próprio general George C. Marshall. Todavia, não há certezas, apenas especulações.

Já no Brasil, descontentamentos e repressões (por parte do governo) caminharam lado a lado. Como ressaltaram Leslie Bethell e Ian Roxborough, entre 1945 e 1947 a América Latina passou por um processo de reversão daquela inicial onda democrática, e isso fica muito evidente, por exemplo, com o início à perseguição, depredação ou desmantelamento de sindicatos, partidos e imprensas de esquerda. O PCB (Partido Comunista Brasileiro), por exemplo, fora ilegalizado, havendo ainda uma série de prisões e perseguições contra simpatizantes do partido, partidários e os próprios candidatos.

É possível observar constantes críticas ao PCB tanto no ‘O Estado de S.Paulo’ quanto no ‘Correi da Manhã’, mas ao mesmo tempo a defesa do direito de existência do partido. A decisão de colocar o PCB na ilegalidade conquistou apoio nos setores mais reacionários da sociedade, contudo foi criticada por um amplo leque de forças, que ia da esquerda à direita. Foi possível observar mesmo um anticomunista como Carlos Lacerda condenar com veemência a medida e recomendar a atenção para que não se permitisse a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, ne se tolerasse qualquer medida que viesse a restringir a liberdade de imprensa (Lacerda, 1947, p.2 apud MUNHOZ, 2011, p.188).

Somada àquela cruzada anticomunista, houve também uma ruptura diplomática entre vários dos países latino-americanos (inclusive o Brasil) e a URSS, tema este que fora investigado pelo brasileiro Amado Luiz Cervo. Cervo atentou-se as relações entre EUA e os países da América Latina a partir da influência provocada por três elementos: a crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial e o conseqüente conflito ideológico travado entre as duas superpotências emergentes (que ficou conhecido como Guerra Fria). Quanto ao primeiro, a quebra da bolsa de valores de Nova York teve repercussão em escala global, afinal, os Estados Unidos, no início do século XX, já desempenhavam um papel fundamental na economia mundial e, com esse duro golpe, estimulou-se o desenvolvimento tecnológico além do fortalecimento do mercado interno de seus parceiros comerciais latino-americanos. Ou seja, aqueles países adotaram e/ou expandiram uma organização de mercado pautada no liberalismo econômico. Ainda com relação às parcerias comerciais firmadas entre nações, Cervo chama-nos à atenção a uma série de alianças e processos de barganha que caracterizaram esse período. Entre os EUA e a América Latina, por exemplo, aquelas estiveram diretamente associadas aos posicionamentos nacionais frente aos conflitos então vigentes:

As relações dos Estados Unidos com os países latinos dependeram, no contexto da Segunda Guerra, do grau de adesão desses à política de guerra e de envolvimento no conflito. Assim, foram muito densas com o Brasil, desde que Vargas lançou-se francamente à cooperação com os aliados [...] Em outros países essa colaboração era menos perceptível, quando não irrelevante. (CERVO, 2000, p.51)

Historiografia, relações de poder e o “caça às bruxas”: concernente à diplomacia entre os EUA e a América Latina durante a Guerra Fria

Quanto à concepção daquele processo de cooperação entre latino-americanos e estadunidenses, este constitui uma discussão bastante polêmica, repleta de discordâncias entre diferentes pesquisadores. Gilderhus, no entanto, por meio de sua pesquisa bibliográfica – “[...] admitidamente seletiva” (1992, p.429, tradução nossa.), investigou a emergência de supostas sínteses concernentes às perspectivas voltadas para as relações entre EUA e América Latina no pós-Segunda Guerra a partir de “[...] trabalhos em inglês feitos por historiadores e, alguns, por cientistas sociais, jornalistas e diplomatas” (1992, p. 429, tradução nossa). Esse autor categorizou os resultados de sua pesquisa em três grupos que, embora não constituam correntes ou escolas de pensamento, facilitam a compreensão de seu objeto de pesquisa. As categorias elencadas são: perspectiva liberal, radical e burocrática. A seguir, focaremos em cada uma destas perspectivas.

Para aqueles inclinados a perspectiva liberal, as relações entre EUA e os países latino-americanos, durante o pós-Segunda Guerra, deram-se de forma pacífica, já que se pautaram em compatíveis interesses mútuos, tanto no campo político-social quanto no econômico. Ainda, Gilderhus destaca Arthur P. Whitaker e Samuel Flagg Bemis enquanto proponentes dessa perspectiva, já que acreditavam na existência uma “ideia” compartilhada pelos países do hemisfério oeste concernente a uma “solidária união” contra as monarquias antiquadas, contra as ditaduras, conta “o inimigo”.

Já de acordo com a perspectiva burocrática, aquilo que distinguia as relações EUA-América Latina fora a inter-relação dos mecanismos governamentais. Nesta perspectiva, os autores que nela se enquadram apresentaram uma tendência a investigar a política estrangeira e o comportamento de burocratas estadunidenses. Para ser mais claro, parte-se do pressuposto de que a política estrangeira aconteceu não por meio de escolhas, mas enquanto um complexo processo de barganhas. Para os historiadores, todavia, esses processos tiveram pouco significado, pois, aconteceram dentro de um contexto onde havia a prevalência dos interesses capitalistas. De acordo com Gilderhus

Os brasileiros jogaram o jogo da economia internacional com maestria. Mesmo assim, quando a Guerra “selou” a Europa e os EUA tornaram-se beligerantes, o Brasil e os outros países latino-americanos tiveram poucas opções além de tornarem-se mais dependentes do “colosso do norte”. A guerra transformou as relações internacionais no hemisfério oeste e alterou o propósito, função e estrutura do sistema interamericano. O que antes fora operado a partir de uma associação voluntária na qual membros consultavam-se ocasionalmente tornou-se numa agência de cooperação belicosa e, mais tarde, uma maneira formal e coletiva de seguridade. Antes de Pearl Harbor, em encontros em Lima, Panamá e Havana, as repúblicas Americanas estabeleceram mecanismos solidários de manutenção contra as potências do Eixo. Mais tarde, em São Francisco, Cidade do México, Rio de Janeiro e Bogotá, deram ao sistema regional uma estrutura formal. (GILDERHUS, 1992, p. 435, tradução nossa.)

Por fim, de acordo com a perspectiva radical, a relação EUA-América Latina deu-se por meio de conflitos, explorações, práticas imperialistas e graves interferências, por parte dos EUA, na soberania dos

países latino-americanos, consequência daquilo que Lowenthal entende como um processo de “expansão de interesses capitalistas norte-americanos (GILDERHUS, 1992, p. 431, tradução nossa). De acordo com Gilderhus,

Geralmente descrito como insaciável e agressivo em sua busca por mercados e materiais, os Estados Unidos, nessa análise, funcionou como um aspirante à hegemonia, com propósitos imperialistas e que buscam não a fraternidade e cooperação com as nações latino-americanas, mas a dominação e a vantagem sobre elas. (GILDERHUS, 1992, p. 431, tradução nossa).

É claro, as possibilidades de análise não se esgotam nestas três perspectivas. Todavia, como bem ressaltou Gilderhus, seu emprego é de grande valia quando o objeto de estudo concerne às relações EUA-América Latina durante o pós Segunda Guerra. Gilderhus ressaltava, por exemplo, que, de acordo com Lowenthal, “houve uma renovada apreciação acerca das mutualidades e compatibilidades de interesses entre EUA e América Latina”, todavia, “o principal corpo histórico-literário ainda enfatiza as disparidade e divergências dos focos e aspirações nacionais”.

Já de acordo com Cervo,

A mudança de paradigma das políticas exteriores toma forma de um movimento quase coincidente nos diferentes países da América Latina, entre 1930 e 1945. Apresenta características comuns, embora com intensidade nacional variada [...] As políticas exteriores exibiam caráter funcional e eram acionadas para realizar necessidades internas. Fazer o mesmo significava para o Brasil promover seus interesses comerciais, mas, sobretudo, promover a indústria nacional, o bem superior que perseguia o projeto nacional de modernização do país [...] O projeto nacional não tinha por fim a substituição de importações mas a promoção do desenvolvimento econômico, do qual a substituição constituía mera variável dependente. (CERVO, 2000, p. 53-54)

Aquela transformação paradigmática; que se deve, principalmente, a crise capitalista e ao surgimento dos blocos antagônicos liderados pelos EUA e pela URSS; culminou em reformulações voltadas as chancelarias americanas. Para ser mais específico, discutiu-se “[...] questões de fronteira, que por vezes chegavam ao conflito aberto, questões de prestígio político, comércio bilateral, pan-americanismo etc.” (CERVO, 2000, p. 63). Cervo chama-nos à atenção, por exemplo, ao importante papel desempenhado pela chancelaria brasileira enquanto conciliadora nos conflitos envolvendo Peru e Uruguai, Venezuela e México, Peru e Colômbia além da sangrenta Guerra do Chaco, que envolveu Paraguai e Bolívia e vitimou dezenas de milhares (CERVO, 2000, p.64). Desavenças, todavia, não envolveram somente os países latino-americanos. Também houve um tremendo “mal-estar diplomático” envolvendo os EUA e a Argentina devido às relações neutras adotadas por esta para com a Alemanha Nazista. O que houve a partir daí foi uma verdadeira guerra ideológica, envolvendo mídia e chancelarias estadunidenses e argentinas:

Historiografia, relações de poder e o “caça às bruxas”: concernente à diplomacia entre os EUA e a América Latina durante a Guerra Fria

Ao tempo em que fora embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, Spruille Braden preparou uma documentação com o intuito de causar profunda impressão na opinião argentina e de todo o continente, cujo resultado, ao que esperava, seria a repulsa generalizada à pessoa de Perón. Publicou-a em fevereiro de 1946, sob a forma de memorando do Departamento de Estado, que logo se denominou “Livro Azul”. Eram revelações fartas, complexas e abundantemente documentadas que vinculavam o nacionalismo argentino ao nazismo por meio de intensos contatos entre personalidades e autoridades do país com a Alemanha de Hitler. A imprensa argentina, que logo divulgou o documento, reagiu estupefata, mas percebeu de pronto que o Departamento de Estado agia em função das eleições marcadas para dias depois, 24 de fevereiro. O efeito desmoralizante do documento, para Perón e para a nação argentina, foi, portanto, associado a finalidades políticas, estando a mão do Departamento de Estado por trás da possível derrota de Perón, como estiveram, em 1945, agindo na queda de Vargas, os dois líderes nacionalistas das grandes potências latinas do continente. (CERVO, 2000, p. 88).

A contenda em questão representou uma dura derrota aos Estados Unidos e uma grande vitória à Juan Domingo Perón, que fora eleito presidente. A propósito, ambas as partes acusaram-se de forma bastante dura. De um lado, o Departamento de Estado dos EUA acusava o nacionalismo argentino, pautado no peronismo, de pernicioso, contrário à política pan-americana e, “consequentemente”, antiamericano. Já do lado Argentino, Perón e seus simpatizantes (inclusive alguns dos meios de comunicação) acusavam os EUA de imperialistas, intrusivos além estarem diretamente envolvidos em maquinações por meio das quais se manipulavam os rumos tomados pelos governos latino-americanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter proporcionado ao leitor um vislumbre do quão polêmicas, divergentes e empolgantes são as pesquisas, discussões e estudos concernentes ao tumultuado período circunscrito à Guerra Fria. A emergência dos EUA e da URSS enquanto superpotências do pós-guerra, como discutimos, catalisou um dos – se não o maior – combate ideológico jamais visto a ponto de redefinir fronteiras mundiais, relações internacionais (muitas vezes duras e até mesmo beligerantes) além de políticas internas. No Brasil, por exemplo, reprimiu-se violentamente qualquer proximidade ao ideário comunista, mesmo aquela praticada por importantes agentes políticos. Para finalizar, é interessante notar o quanto, no Brasil da década de 2010, a polarização cresce abruptamente entre a população. É como se as preocupações e histerias concernentes à Guerra Fria voltassem à tona, com força e intensidade, e isso talvez constitua um ótimo motivo para que melhor nos atentemos às relações entre EUA e América Latina durante o século XX.

REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília: Ibri, 2000.

GILDERHUS, Mark. Historiography: Na Emerging Synthesis? U.S. – Latin American Relations since the Second World War. **Diplomatic History**, Oxford, v. 16, n. 3. 1992.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: Um Debate Interpretativo. In: WERNECK, Carlos Gilberto; et al. (Orgs.). **O século sombrio**: Uma História Geral do Século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil. In: Munhoz, Sidnei; et al. (Orgs.). **Relações Brasil – Estados Unidos**: Séculos XX e XXI. Maringá: Eduem, 2011.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: pode e submissão**. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000.

^a Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista CAPES. E-mail: p.s.micali@hotmail.com

^b Mestranda em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista CAPES. Email: taaivanesa@hotmail.com